



ENCONTROS DIALÓGICOS DE PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO COLABORATIVA DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

DIALOGICAL TEACHER MEETINGS IN THE COLLABORATIVE CONSTRUCTION OF THE INDIVIDUALIZED EDUCATIONAL PLAN (IEP)

DOI: 10.5281/zenodo.19602016



Alessandra de França Pereira¹

Márcia de Moura Gonçalves²

RESUMO

Este artigo constitui um recorte de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) em um estudo realizado em escola da rede pública no estado de Mato Grosso. A pesquisa investiga o trabalho colaborativo entre professores regentes e o Professor de Apoio Pedagógico Especializado (PAPE) em um cenário de matrículas crescentes que, sem a devida adequação pedagógica, gera a denominada “educação inclusiva retórica”. O objetivo fundamental deste artigo é evidenciar encontros dialógicos como espaços de intervenção direta na prática docente. A metodologia adotada fundamentou-se na abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação, com intervenções realizadas em seis encontros dialógicos ocorridos entre março e setembro de 2025. Baseado no conceito de dialogismo de Bakhtin (2016) e Freire (2008), esses momentos serviram como ambientes de interação, mediação e reflexão coletiva. Os resultados indicam que o diálogo rompe o “celularismo” profissional e ressignifica o PEI, transmutando-o de documento burocrático em orientador prático do cotidiano escolar. O estudo culminou no guia didático-prático “Planejar para Incluir”. Conclui-se que a inclusão exige intencionalidade pedagógica, compromisso ético e gestão ativa do tempo escolar. A construção coletiva de sentidos é essencial para superar o isolamento docente e garantir equidade educativa integral aos estudantes público-alvo da educação especial.

1. Mestranda pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. E-mail: alessandra.pereira.ufmt.t4@gmail.com

2. Professora na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Departamento de Educação. E-mail: marcia.goncalves@ufmt.br





Palavras-chave: Encontros Dialógicos. Inclusão. Plano Educacional Individualizado. Trabalho Colaborativo.

ABSTRACT

This article is an excerpt from a master's thesis developed within the Professional Master's Program in Inclusive Education (PROFEI) conducted in a public school in the state of Mato Grosso. The research investigates the collaborative work between classroom teachers and the Specialized Pedagogical Support Teacher (PAPE) in a scenario of increasing enrollments that, without proper pedagogical adaptation, generates what is called "rhetorical inclusive education." The fundamental objective of this article is to highlight dialogical teacher meetings as spaces for direct intervention in teaching practice. The methodology adopted was based on a qualitative action-research approach, with interventions carried out in six dialogical meetings that took place between March and September 2025. Based on the concept of dialogism by Bakhtin (2016) and Freire (2008), these moments served as environments for interaction, mediation, and collective reflection. The results indicate that dialogue breaks with professional "cellularism" and redefines the Individualized Education Plan (IEP), transforming it from a bureaucratic document into a practical guide for daily school life. The study culminated in the didactic-practical guide "Planning for Inclusion." It concludes that inclusion requires pedagogical intentionality, ethical commitment, and active management of school time. The collective construction of meaning is essential to overcome teacher isolation and guarantee comprehensive educational equity for students who are the target audience of special education.

Keywords: Dialogic teacher meetings. Inclusion. Individualized Education Plan. Collaborative work.

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um recorte de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) em um estudo realizado em escola da rede pública no estado de Mato Grosso. O foco central desta discussão reside nos encontros dialógicos compreendidos como espaços fundamentais de mediação, reflexão e intervenção pedagógica que possibilitaram a troca de experiências e a construção coletiva de sentidos entre os professores regentes e os professores de apoio pedagógico especializado (PAPE, doravante) realizados durante a etapa de intervenção na pesquisa-ação.

A Educação é um direito humano e fundamental que deve estar à disposição de todos, garantindo que as pessoas com deficiência tenham acesso à mesma sala de aula que as demais crianças e adolescentes. No cenário brasileiro, os dados do Censo Escolar de 2023 revelam





um aumento expressivo nas matrículas de estudantes Público-Alvo da Educação Especial (PAEDE, doravante) em escolas comuns, com destaque para alunos com Deficiência Intelectual (DI, doravante) e Transtorno do Espectro Autista (TEA, doravante). Especificamente no estado de Mato Grosso, essa realidade é acompanhada por marcos legais como a Lei nº 11.689/2022, que institui a Política Estadual de Educação Especial e regulamenta a atuação do PAPE.

A questão do acesso para além da matrícula é um ponto central na discussão sobre a efetividade da educação inclusiva. Para Ferreira (2017), a inclusão real exige adequação curricular por meio do Plano Educacional Individualizado (PEI, doravante), uso de recursos pedagógicos específicos e formação contínua dos professores.

De acordo com Pletsch (2014), a inclusão escolar não deve ser reduzida ao ato de matricular o estudante na escola. Ela é compreendida como uma reorganização estrutural e profunda da escola, abrangendo os aspectos físicos, pedagógicos, curriculares, avaliativos e, principalmente, filosóficos da instituição.

Mittler (2003) reforça que a inclusão vai muito além de colocar estudantes PAEDE em escolas regulares. A inclusão deve ser entendida como um processo transformador e uma resposta direta à exclusão social, educacional e econômica, exigindo a revisão de políticas e avaliações para garantir acesso, permanência e aprendizagem com equidade.

Os autores alertam para o perigo de uma inclusão que existe apenas em leis e discursos, mas não se materializa na prática cotidiana. Esse fenômeno é descrito como inclusivismo, exclusão disfarçada de inclusão, como o despreparo docente, a desarticulação entre professores regentes, PAPE e professores de atendimento educacional especializado (AEE, doravante) e a falta de infraestrutura acessível.

Conforme discutido por Prieto (2006) a efetivação da educação inclusiva exige mais do que o acesso à escola regular, demandando a reorganização das práticas pedagógicas, das estratégias de ensino e das condições institucionais que sustentam o processo educativo, de modo a garantir a participação e o desenvolvimento de todos os estudantes.





Nesse contexto, o PEI é reconhecido como um instrumento orientador fundamental para o trabalho docente, pois organiza e direciona as ações pedagógicas voltadas ao estudante PAEDE, garantindo que sua participação na sala de aula comum ocorra de forma efetiva e significativa. O PEI contribui para que o estudante não ocupe uma posição meramente passiva no processo educativo, mas seja reconhecido como sujeito ativo de sua aprendizagem.

Conforme ressalta a pesquisadora Tannús-Valadão (2018), embora o PEI seja um documento basilar no contexto da educação inclusiva, sua simples elaboração não assegura, por si só, uma educação de qualidade. Para que cumpra sua função pedagógica, é necessário que esteja sustentado por metas claras, estratégias de ensino intencionalmente planejadas e práticas que priorizem o reconhecimento e o desenvolvimento das potencialidades do estudante, superando uma perspectiva centrada exclusivamente em suas limitações.

Uma escola inclusiva de verdade deve pensar e fazer para além do acesso e da permanência, focando na aprendizagem significativa que prepare o estudante para a vida e para a autonomia. Para isso, o trabalho colaborativo entre o professor regente e o PAPE é essencial para romper com o isolamento do estudante PAEDE dentro da própria sala comum.

Em suma, as fontes sustentam que a inclusão próspera é um processo contínuo e não um evento pontual, como a matrícula, demandando intencionalidade, empatia e a transformação da escola para acolher a diversidade nela presente. Dessa forma, a inclusão escolar não pode ser compreendida como um acontecimento isolado ou reduzido ao ato administrativo da matrícula do estudante na escola comum. Trata-se de um processo contínuo, que exige mudanças permanentes nas práticas pedagógicas, nas atitudes e na organização da escola, de modo a garantir condições reais de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

Nessa perspectiva, a construção de uma escola inclusiva demanda intencionalidade pedagógica, sensibilidade à singularidade do estudante e o compromisso institucional com a valorização da diversidade. Como destaca Mantoan (2006), a inclusão constitui um processo permanente de transformação da escola, que requer revisão constante das práticas educativas para que todos os estudantes possam, de fato, aprender e participar da vida escolar.





Para que a inclusão ultrapasse a barreira do simples acesso e se torne efetiva, é indispensável o PEI surge como o instrumento basilar para oferecer respostas educativas com adequações curriculares que atendam às necessidades específicas e potencialidades de cada estudante. A escolarização do estudante PAEDE deve ser uma responsabilidade compartilhada, desenvolvendo na prática escolar o trabalho colaborativo por todos os profissionais da escola, exigindo uma articulação estreita entre professores regentes, PAPE e profissionais do AEE.

O cenário em Mato Grosso e no Brasil demonstra que, embora o acesso tenha sido ampliado, o desafio atual reside em converter esse acesso em aprendizagem significativa com equidade, combatendo o isolamento docente e garantindo que o estudante seja protagonista de seu aprendizado.

Por essa razão, esta pesquisa que investiga encontros dialógicos de professores como espaço de reflexão e transformação de práticas pedagógicas justifica-se pela urgência de romper com a cultura do isolamento docente, transformando o cotidiano escolar em um lugar de construção compartilhada do PEI, em que o diálogo atua como o elo essencial para a efetivação de uma prática pedagógica verdadeiramente colaborativa e comprometida com a aprendizagem do estudante PAEDE.

A temática aqui discutida reflete a urgência de superação da cultura do celularismo docente, fenômeno que fragiliza a efetividade das práticas inclusivas e, não raramente, reduz o PEI a um instrumento de caráter meramente formal e burocrático. Tal cenário evidencia uma contradição significativa no campo educacional: embora se observe um aumento expressivo nas matrículas de estudantes PAEDE, ainda persistem entraves na conversão desse acesso em aprendizagem efetiva e socialmente significativa, o que sustenta a crítica à chamada educação inclusiva retórica.

Nesse contexto, a presente pesquisa assume como pressuposto que a transformação dessa realidade demanda intervenções que incidam diretamente sobre a prática docente e sobre as formas de organização do trabalho pedagógico. Assim, propõe-se a utilização dos encontros dialógicos como estratégia formativa e interventiva, concebidos como espaços de





mediação intersubjetiva nos quais professores regentes e PAPE possam problematizar suas práticas, confrontar diferentes perspectivas e reconstruir, de forma colaborativa, o PEI. Tal movimento possibilita a ressignificação desse instrumento, que passa a assumir um papel efetivo como orientador das ações pedagógicas no cotidiano escolar.

Este relato de pesquisa organiza-se em seções que, introdutoriamente, apresenta o recorte da pesquisa de mestrado, contextualiza o cenário da educação inclusiva no estado de Mato Grosso e explicita a relevância dos encontros dialógicos como estratégia para a superação do celularismo docente. No método descreve a abordagem qualitativa, detalha o desenvolvimento dos seis encontros dialógicos realizados no ano de 2025, apresenta os sujeitos participantes e os procedimentos éticos adotados. Na seção dos resultados apresenta os dados produzidos a partir das intervenções, evidenciando o percurso formativo vivenciado e as mudanças observadas na compreensão dos participantes acerca do PEI e do trabalho colaborativo. A discussão apresenta a análise dos resultados à luz do referencial teórico adotado, especialmente as contribuições de Bakhtin (2016) e Freire (2008), problematizando como o diálogo se configura como elemento central na superação do “celularismo” pedagógico e na ressignificação das práticas de adequação curricular. Por fim, a conclusão explicita as principais inferências do estudo, destacando as contribuições da intervenção para o enfrentamento dos desafios cotidianos da inclusão escolar e para a construção de uma cultura institucional pautada na colaboração, na corresponsabilidade e na equidade.

MÉTODO

A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação, entendida como um estudo de intervenção de base empírica voltado à análise e à resolução colaborativa de problemas coletivos relacionados à elaboração e à implementação do PEI. Nessa perspectiva, a investigação não se limita à observação da realidade escolar, mas busca intervir nela por meio da construção coletiva de estratégias que contribuam para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas.





Os encontros dialógicos constituíram o elemento central da intervenção desenvolvida na pesquisa-ação, funcionando como espaços de mediação, reflexão e construção coletiva de conhecimentos acerca dos desafios envolvidos na elaboração do PEI de forma colaborativa. Realizados entre março e setembro de 2025, esses seis encontros possibilitaram que as vozes dos professores, frequentemente marcadas pelo isolamento profissional, entrassem em diálogo, favorecendo a problematização das práticas e a construção de novos sentidos para a educação inclusiva.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública estadual situada na região do Vale do São Lourenço, no sul de Mato Grosso. Esta instituição atende ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, caracterizando-se como um ambiente inclusivo devido ao crescente contingente de estudantes que compõem o bojo dos estudantes PAEDE.

Os participantes da pesquisa foram oito professores que atuam no 8º ano do Ensino Fundamental, sendo seis professores regentes das disciplinas da base comum e dois PAPE. Inicialmente, onze docentes foram convidados, mas o grupo final consolidou-se com oito participantes que demonstraram engajamento nas etapas de coleta de dados e intervenção. Para assegurar o anonimato, os sujeitos foram identificados pela letra P seguida de numeração P1 a P8.

O estudo obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa: Humanidades/UFMT, garantindo o cumprimento dos critérios éticos estabelecidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Com a anuência institucional e o consentimento livre e esclarecido dos participantes, procedeu-se à etapa de intervenção.

DESCRIÇÃO DO PERCURSO FORMATIVO NOS ENCONTROS DIALÓGICOS DE PROFESSORES

A seguir, apresenta-se a descrição analítica do percurso formativo desenvolvido ao longo dos seis encontros dialógicos realizados entre março e setembro de 2025. Tal percurso configura-se como o núcleo estruturante da intervenção pedagógica proposta nesta pesquisa-





ação, ancorada na perspectiva dialógica de Bakhtin (2016) e Freire (2008), que compreende a linguagem e a interação verbal como dimensões constitutivas dos processos de mediação, reflexão crítica e produção de sentidos no contexto educativo.

Nessa direção, o detalhamento desse itinerário formativo não se limita a uma exposição descritiva, mas busca evidenciar, de modo crítico, como a institucionalização de espaços sistemáticos de diálogo entre professores regentes e PAPE potencializou a problematização das práticas pedagógicas e a construção coletiva de saberes.

Como resultado, observa-se o tensionamento e a progressiva superação da cultura do celularismo docente, favorecendo a resignificação do PEI, que deixa de ocupar um lugar meramente burocrático para assumir uma função orientadora, dinâmica e efetivamente integrada ao cotidiano escolar inclusivo.

No 1º encontro aconteceu no dia 11/03/2025, com o objetivo de promover a socialização e o alinhamento conceitual acerca de temas fundamentais para a compreensão do processo de inclusão escolar, tais como inclusão, PEI, trabalho colaborativo (TC, doravante) e as atribuições do PAPE e do professor regente. Como estratégia inicial, foi realizada uma dinâmica de integração baseada em siglas amplamente utilizadas no campo da educação especial, com o propósito de aproximar os docentes da terminologia técnica da área e, simultaneamente, favorecer o engajamento dos participantes.

Para o desenvolvimento da atividade, os presentes foram organizados em dois grupos: a um deles foram distribuídas as siglas, enquanto ao outro foram entregues suas respectivas definições. A proposta consistia em que os participantes, a partir da leitura e interpretação dos conceitos, circulassem pelo espaço em busca da correspondência adequada entre sigla e significado, formando duplas. Quando identificadas associações incorretas, os demais participantes eram convidados a intervir, problematizando as escolhas e contribuindo para o redirecionamento das correspondências. Esse movimento foi mantido até que todas as siglas estivessem corretamente associadas às suas definições.

Para além de seu caráter lúdico, a dinâmica possibilitou a ativação de conhecimentos prévios, a construção coletiva de significados e o envolvimento ativo dos professores desde o





início do encontro, criando um ambiente favorável ao diálogo. Somado a isso, a atividade evidenciou diferentes níveis de familiaridade dos participantes com os conceitos da área, aspecto que se mostrou relevante para a condução das discussões subsequentes.

Na sequência, foi iniciado um diálogo orientado acerca dos conceitos trabalhados, momento em que emergiram as primeiras tensões relacionadas à organização do tempo escolar, especialmente no que se refere à dificuldade de articulação entre os momentos de planejamento dos professores regentes e do PAPE. Essas manifestações iniciais revelaram não apenas entraves de natureza organizacional, mas também indícios de fragilidades na consolidação de práticas colaborativas no contexto escolar, o que reforçou a pertinência da intervenção proposta pela pesquisa.

O segundo encontro (12/03/2025) teve como foco a análise aprofundada da realidade educacional do estudante, realizada por meio da leitura e discussão dos documentos que compõem sua pasta individual, tais como anamnese, laudos e relatórios pedagógicos anteriores. Esse momento constituiu-se como etapa fundamental para a construção de um olhar mais contextualizado e integrado sobre o percurso escolar do aluno, permitindo que os participantes articulassem diferentes fontes de informação na compreensão de suas especificidades.

A partir dessa análise, os professores iniciaram o preenchimento coletivo da ficha do PEI, com ênfase na identificação das potencialidades, das necessidades educacionais e dos aspectos relacionados ao desenvolvimento global do estudante. Esse movimento exigiu dos participantes não apenas a descrição de características observáveis, mas também a interpretação crítica dos dados disponíveis, favorecendo a construção de um planejamento mais intencional e alinhado às singularidades do estudante.

O diálogo estabelecido entre os professores revelou-se elemento central nesse processo, especialmente diante das divergências emergentes em relação às interpretações registradas nos documentos anteriores. Tais discordâncias, particularmente no que se refere ao comportamento e ao desenvolvimento cognitivo do estudante, evidenciaram a presença de diferentes concepções pedagógicas e olhares avaliativos sobre o mesmo sujeito.





Nesse contexto, o espaço coletivo possibilitou a problematização dessas interpretações, promovendo a negociação de significados e a busca por consensos fundamentados em evidências pedagógicas. Esse processo contribuiu para a construção de uma compreensão mais compartilhada e menos fragmentada do estudante, aspecto essencial para a elaboração de um PEI coerente, articulado e efetivamente orientador da prática docente.

No 3º encontro (13/03/2025), os participantes dedicaram-se à elaboração coletiva do relatório pedagógico do estudante, documento que subsidia e orienta a definição das estratégias educacionais a serem contempladas no PEI. Tal atividade exigiu a mobilização de saberes docentes diversos, bem como a articulação entre diferentes dimensões do desenvolvimento do estudante, reforçando o caráter interdisciplinar do processo avaliativo.

O encontro foi marcado por manifestações de insatisfação relacionadas à escassez de tempo destinado ao planejamento pedagógico e à percepção de fragilidades no suporte institucional oferecido aos professores. Essas falas evidenciaram condicionantes estruturais que, frequentemente, limitam a efetivação de práticas colaborativas no contexto escolar. Ainda assim, por meio da mediação dialógica, foi possível ressignificar essas tensões, redirecionando o grupo para os objetivos propostos e favorecendo a continuidade do trabalho coletivo.

A interação entre professores de diferentes áreas do conhecimento mostrou-se particularmente relevante, uma vez que possibilitou a circulação de múltiplos olhares sobre o estudante. A troca de argumentos, pautada em experiências pedagógicas distintas, contribuiu para ampliar e qualificar a compreensão acerca de suas potencialidades e desafios, evidenciando que a construção de um relatório pedagógico consistente demanda a integração de perspectivas diversas.

Diante disso, o encontro reforçou a importância do trabalho colaborativo como condição para a superação de análises fragmentadas, favorecendo a construção de um olhar pedagógico mais abrangente, contextualizado e sensível às especificidades do estudante.





A sistematização didático-metodológica foi realizada no 4º encontro (31/03/2025), direcionado, prioritariamente, aos professores regentes e teve como objetivo aprofundar a compreensão acerca do preenchimento da dimensão didático-metodológica do instrumento PEI. A proposta buscou explicitar a relação entre o planejamento pedagógico da turma e as adaptações necessárias para garantir a participação e a aprendizagem do estudante PAEDE, evidenciando o PEI como um desdobramento intencional da prática docente, e não como um documento paralelo.

Para tanto, foi realizada uma simulação prática no quadro, tomando como referência a disciplina de Ciências, com o intuito de demonstrar, de forma concreta, como registrar no instrumento elementos essenciais do planejamento, tais como unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades e estratégias metodológicas. Essa abordagem contribuiu para tornar mais tangível o processo de transposição didática para o PEI, reduzindo dúvidas recorrentes e fortalecendo a segurança dos docentes no preenchimento do instrumento.

Além disso, o encontro favoreceu a reflexão sobre a necessidade de maior clareza e detalhamento nos registros pedagógicos, de modo a possibilitar sua compreensão por outros profissionais envolvidos no atendimento ao estudante. Nesse sentido, discutiu-se a importância da intencionalidade pedagógica explícita como elemento fundamental para o trabalho colaborativo entre professores regentes e PAPE.

Como encaminhamento prático, acordou-se a utilização do *Google Drive* como ferramenta de compartilhamento dos planejamentos pedagógicos, permitindo a construção e atualização dos documentos de forma síncrona e assíncrona. Essa decisão representou um avanço no sentido de otimizar a comunicação entre os profissionais, favorecer o acompanhamento contínuo das ações pedagógicas e reduzir as barreiras impostas pela falta de tempo institucional para o planejamento coletivo.

O quinto encontro (10/06/2025) foi dedicado a uma atividade prática de adequação curricular, desenvolvida com o apoio da plataforma Open4School. A proposta consistiu em convidar os professores a analisarem o PEI elaborado por um colega e, a partir dessa análise,





elaborar atividades pedagógicas compatíveis com o nível de desenvolvimento do estudante, considerando, intencionalmente, uma área do conhecimento distinta de sua formação inicial.

Essa estratégia metodológica foi planejada para deslocar os participantes de sua zona de conforto, exigindo-lhes o exercício da interpretação pedagógica a partir de registros produzidos por outros docentes. Tal movimento evidenciou, na prática, os desafios inerentes à leitura de planejamentos pouco detalhados ou excessivamente genéricos, sobretudo quando não explicitam com clareza os objetivos de aprendizagem, as estratégias metodológicas e os critérios de avaliação.

A vivência proporcionou aos professores regentes a oportunidade de experimentar situações análogas às enfrentadas pelos PAPE no cotidiano escolar, favorecendo o desenvolvimento da empatia profissional e a compreensão das demandas implicadas no trabalho colaborativo. Esse exercício de alteridade contribuiu para deslocar percepções individualizadas sobre o planejamento pedagógico, ampliando a consciência acerca da interdependência entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo.

Além disso, a atividade reforçou a importância da clareza, da intencionalidade e do detalhamento nos registros pedagógicos como condições essenciais para a efetivação de práticas inclusivas. Ao evidenciar que a qualidade do planejamento impacta diretamente a possibilidade de continuidade e adaptação das ações educativas, o encontro fortaleceu a compreensão do PEI como um instrumento compartilhado, que exige precisão e coerência para orientar, de forma efetiva, a prática docente.

O último encontro (04/09/2025) teve como objetivo avaliar o processo desenvolvido ao longo da intervenção e revisar os encaminhamentos realizados no PEI, à luz das aprendizagens construídas coletivamente. Nesse momento, foram discutidas orientações estaduais recentes relacionadas à Educação Especial, articulando-as às práticas vivenciadas pelos participantes, o que possibilitou uma análise mais crítica e contextualizada do instrumento.

Além disso, promoveu-se um diálogo direto entre professores regentes e PAPE, com foco na revisão e no aprimoramento das narrativas presentes no PEI, buscando maior





coerência, clareza e alinhamento entre as ações pedagógicas propostas e as necessidades do estudante. Esse movimento evidenciou a importância do registro pedagógico como elemento estruturante do trabalho docente e como mediador do processo colaborativo.

Apesar de momentos de tensão, especialmente relacionados à fragmentação da carga horária docente e às limitações institucionais para o planejamento coletivo, o encontro favoreceu a consolidação de uma cultura de diálogo e corresponsabilidade entre os profissionais envolvidos. Nesse sentido, o PEI foi progressivamente ressignificado, deixando de ser percebido como uma exigência burocrática para assumir a função de instrumento dinâmico e orientador da prática pedagógica inclusiva.

De forma mais ampla, os encontros dialógicos consolidaram-se como um espaço privilegiado de ressignificação da prática docente e de fortalecimento do trabalho colaborativo. Ao tensionarem práticas cristalizadas e promoverem a circulação de saberes entre professores regentes e PAPE, esses momentos contribuíram para o enfrentamento da cultura de isolamento profissional ainda presente no cotidiano escolar.

Assim, a relevância desses encontros ultrapassa a dimensão técnica do planejamento, incidindo diretamente na constituição de uma cultura escolar mais colaborativa, inclusiva e comprometida com a aprendizagem de todos. Tal processo fortalece o compromisso ético dos educadores com uma educação pautada na equidade, na participação e no reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo do processo educativo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir, apresentamos a descrição analítica do percurso formativo desenvolvido ao longo dos seis encontros dialógicos realizados entre março e setembro de 2025. Tal percurso configura-se como parte central da intervenção pedagógica proposta nesta pesquisa-ação, ancorada na perspectiva dialógica de Bakhtin (2026) e Freire (2008), que compreende a linguagem e a interação verbal como dimensões constitutivas dos processos de mediação, reflexão crítica e produção de sentidos no contexto educativo.





O detalhamento desse itinerário formativo ultrapassa, portanto, uma abordagem meramente descritiva, ao evidenciar, com base nos dados produzidos, como a criação de espaços sistemáticos de diálogo entre professores regentes e o PAPE incidiu diretamente sobre as práticas pedagógicas. Observou-se, por exemplo, que, nos encontros iniciais, predominavam discursos marcados pela desarticulação das responsabilidades pedagógicas e pela compreensão do PEI como uma exigência burocrática. Contudo, ao longo do processo, emergiram indícios de deslocamento conceitual e prático, expressos na ampliação da corresponsabilidade docente, na valorização do TC e na incorporação do PEI como instrumento orientador das ações pedagógicas.

Esses movimentos evidenciam que o diálogo, quando sistematizado e intencionalmente mediado, atua como dispositivo formativo capaz de tensionar a cultura do celularismo profissional e promover a construção coletiva de saberes. Nesse sentido, os dados da pesquisa indicam que a ressignificação do PEI não se deu de forma espontânea, mas como resultado de um processo contínuo de reflexão compartilhada, no qual o instrumento passou a ser compreendido e utilizado como elemento dinâmico, articulado ao cotidiano escolar e às necessidades concretas dos estudantes no contexto da educação inclusiva.

A análise desenvolvida ao longo da pesquisa permite afirmar que a efetivação da inclusão escolar no contexto das escolas públicas de Mato Grosso está intrinsecamente relacionada à necessidade de ressignificação do papel do PAPE, bem como à superação de práticas ainda marcadas pelo denominado celularismo pedagógico. Tal fenômeno, compreendido como a fragmentação das responsabilidades educativas e a delegação quase exclusiva do atendimento ao estudante público da educação especial a um único profissional, revela não apenas uma limitação de ordem organizacional, mas também a persistência de concepções pedagógicas que dissociam o ensino comum das práticas inclusivas. Essa lógica fragiliza o princípio da corresponsabilidade docente e compromete a construção de respostas pedagógicas mais integradas e equitativas.

Nesse contexto, os resultados provenientes dos encontros dialógicos evidenciam que a criação e a institucionalização de espaços formativos voltados ao diálogo, à reflexão coletiva





e à troca de experiências entre professores constituem um elemento estruturante para a transformação das concepções e práticas relacionadas à elaboração do PEI. Tais espaços configuram-se como mediação formativa que favorecem a emergência de uma cultura colaborativa, na medida em que possibilitam a problematização de práticas naturalizadas e a construção compartilhada de novos referenciais de atuação docente.

Observou-se que, à medida que os professores passam a dispor de um ambiente formativo pautado na escuta qualificada, na horizontalidade das relações e na ausência de julgamentos, instaura-se um movimento progressivo de revisão crítica das práticas pedagógicas. Esse processo não se dá de forma imediata, mas por meio de deslocamentos graduais nas formas de compreender o estudante, o ensino e o próprio papel do professor no contexto da educação inclusiva.

Nesse movimento, o PEI deixa de ser compreendido como um recurso meramente formal ou burocrático e passa a assumir um papel pedagógico orientador e dinâmico, construído de forma coletiva e fundamentado na análise contextualizada das necessidades educacionais específicas do estudante PAEDE. Essa ressignificação o integra ao planejamento docente, articulando-se aos objetivos de aprendizagem da turma e orientando práticas pedagógicas intencionais, flexíveis e sensíveis à diversidade.

Ademais, os achados da pesquisa indicam que a consolidação de práticas inclusivas não se sustenta exclusivamente na disponibilização de instrumentos orientadores, como o guia didático proposto neste estudo. Ainda que tais recursos sejam relevantes, sua efetividade depende das condições institucionais que viabilizam sua apropriação pelos docentes. Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade de garantir tempos e espaços formalmente instituídos para o trabalho colaborativo, bem como o fortalecimento de uma cultura organizacional que valorize o planejamento coletivo como dimensão constitutiva do fazer pedagógico.

Outro aspecto relevante refere-se à compreensão de que a inclusão escolar não se efetiva apenas por meio de adaptações pontuais ou intervenções individualizadas, mas exige uma reorganização mais ampla das práticas pedagógicas e das relações estabelecidas no interior da escola. Isso implica deslocar o foco do déficit para as potencialidades do estudante,





bem como reconhecer a diversidade como elemento estruturante do processo educativo, e não como exceção a ser atendida.

Dessa forma, é no movimento coletivo, fundamentado na articulação entre reflexão, planejamento e ação pedagógica compartilhada, que o PEI assume sua função formativa e passa a contribuir de maneira efetiva para a garantia do direito à aprendizagem do estudante PAEDE no contexto da escola comum. Tal processo reforça a compreensão de que a inclusão é, sobretudo, uma responsabilidade institucional e coletiva, e não uma atribuição restrita a determinados profissionais.

Diante disso, o capítulo seguinte apresenta as conclusões da pesquisa, na qual retomamos o objetivo proposto, sistematizando os principais achados da intervenção e discutidas as contribuições do estudo para o campo da educação inclusiva, bem como suas implicações para a prática pedagógica e para o desenvolvimento de futuras pesquisas.

CONCLUSÃO

Conclui-se que esta pesquisa-ação alcançou, de forma significativa, o propósito de intervir na realidade escolar investigada, atuando diretamente no esclarecimento e no enfrentamento das dificuldades presentes no cotidiano pedagógico, especialmente no que se refere à elaboração e à implementação do PEI. Diferentemente de uma investigação meramente descritiva, o estudo assumiu um caráter formativo e transformador ao articular investigação e ação em um movimento contínuo de reflexão e intervenção, materializado, sobretudo, por meio dos encontros dialógicos, que se constituíram como o principal dispositivo metodológico desta pesquisa.

Nesse sentido, os encontros dialógicos mostraram-se fundamentais para desencadear processos de reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e sobre as concepções que sustentam a inclusão escolar. Ao possibilitar um espaço pautado na escuta qualificada, na partilha de experiências e na problematização coletiva, esses encontros favoreceram a emergência de um movimento de tomada de consciência entre os docentes. Tal movimento





permitiu que os participantes ampliassem sua compreensão acerca das dificuldades enfrentadas, reconhecendo que estas não se restringem a dimensões individuais, mas estão profundamente relacionadas a condicionantes institucionais, organizacionais e culturais que atravessam o trabalho pedagógico.

No decorrer desse processo, evidenciou-se a potência do diálogo como prática formativa e como estratégia de desenvolvimento profissional docente. Ao romper, ainda que de forma inicial, com a lógica do isolamento que historicamente caracteriza o trabalho escolar, os encontros criaram condições para a construção de vínculos profissionais mais colaborativos, baseados na confiança, na corresponsabilidade e no reconhecimento dos saberes experienciais dos professores. Esse espaço coletivo possibilitou que angústias, dúvidas e inseguranças fossem ressignificadas à luz da troca de experiências e da construção conjunta de alternativas pedagógicas.

Como resultado desse movimento, observou-se uma mudança progressiva no modo como o PEI é compreendido pelos docentes. O documento, anteriormente associado a uma exigência burocrática, passou a ser reconhecido como um instrumento pedagógico dinâmico, orientador da prática docente e fundamental para a organização de intervenções mais intencionais e contextualizadas. Essa ressignificação evidencia que a efetividade do PEI está diretamente vinculada à forma como ele é apropriado pelos professores e integrado ao planejamento pedagógico da turma.

A pesquisa também evidencia que a consolidação de práticas inclusivas não depende exclusivamente da disponibilização de instrumentos orientadores ou de formações pontuais, mas requer condições institucionais que sustentem o trabalho colaborativo. Nesse sentido, destaca-se a centralidade da organização do tempo escolar como elemento estruturante para a efetivação da inclusão. A experiência dos encontros dialógicos demonstrou que a colaboração entre professores regentes, PAPE e professores do AEE somente se materializa quando há a institucionalização de espaços e tempos destinados ao planejamento coletivo, à reflexão e à construção compartilhada de estratégias pedagógicas.





Dessa forma, reafirma-se que a inclusão escolar não se configura como um evento pontual ou como um estado a ser alcançado, mas como um processo contínuo, dinâmico e relacional, que se constrói no interior das práticas pedagógicas e das interações institucionais. Tal processo exige intencionalidade, sensibilidade, abertura ao diálogo e compromisso ético com a valorização das diferenças e com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Como contribuição deste estudo, destaca-se a evidência de que os encontros dialógicos podem se constituir como uma estratégia potente de formação continuada em serviço, especialmente por promoverem a articulação entre teoria e prática, reflexão e ação, saberes individuais e construção coletiva. Ao favorecerem a circulação de saberes e a problematização das práticas, esses encontros contribuem para a construção de uma cultura escolar mais colaborativa, inclusiva e reflexiva.

Por outro lado, é importante reconhecer que o processo de transformação das práticas pedagógicas é gradual e não se esgota no tempo de realização da pesquisa. As mudanças observadas, embora significativas, ainda se encontram em processo de consolidação, o que aponta para a necessidade de continuidade das ações formativas e do fortalecimento das condições institucionais que sustentam o trabalho colaborativo.

Por fim, como implicação para futuras pesquisas, sugere-se a ampliação de estudos que investiguem estratégias de formação continuada centradas na escola, bem como análises que considerem o papel da gestão escolar na institucionalização de práticas colaborativas e inclusivas. Investigações que acompanhem os desdobramentos dessas ações em longo prazo também se mostram relevantes para compreender os impactos efetivos na aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016. 176p.





BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Censo Escolar. 2023. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 16 mar. 2026.

FERREIRA, Roberta Flávia Alves; **Inclusão de crianças com Transtorno do Espectro**

Autista na Educação Infantil: O desafio da formação de professoras. Dissertação

(Mestrado em Educação e docência). Faculdade de educação de Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em:

https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ARKFY6/1/trabalho_final_com_cartilha.pdf. Acesso em: 22 nov. 2024.

FREIRE, Paulo; **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

Lei nº 11.689, de 2022, CEE/MT. Dispõe sobre a regulamentação da função PAPE na rede estadual de Ensino. Cuiabá, 2022. Disponível em: <https://iframe.leisestaduais.com.br/mt/lei-ordinaria-n-11689-2022-mato-grosso-institui-a-politica-estadual-de-educacao-especial-equitativa-inclusiva-e-com-aprendizado-ao-longo-da-vida-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 16 mar. 2026.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** / Maria Tereza Eglér Mantoan; Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. - São Paulo: Summus, 2006. - (pontos e contrapontos).

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**/Peter Mittler; tradução Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artmed, 2003. 264p.; 23cm.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**/ Márcia Denise Pletsch. – 2. Ed., ver e ampl. Rio de Janeiro: Nau, 2014.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela; Mendes, Enicéia Gonçalves; **Inclusão Escolar e o Planejamento Educacional Individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países**. Ver. Bras. de Educ. 23. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782018230076>. Disponível em:



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/mJJDHWr3xyVzztRdVjdhJSg/abstract/?lang=pt> Acesso em:
14 maio 2024.

Recebido em: 18/03/2026

Aprovado em: 30/03/2026

Publicado em: 16/04/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

